

NOTAS E INFORMAÇÕES

Anielle Franco
não decepciona

Com bastante tempo livre, a ministra resolveu usar a tragédia gaúcha para fazer proselitismo político

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, que talvez esteja com bastante tempo livre, resolveu se ocupar da tragédia climática e humanitária do Rio Grande do Sul, mas não para confortar os gaúchos, e

sim para fazer proselitismo político ordinário. Numa rede social, a pretexto de enfatizar “a importância do voto” – de resto, uma obviedade –, a sra. Anielle insinuou que os gaúchos talvez deveriam escolher melhor seus representantes políticos no futuro caso não queiram passar outra vez pelas agruras de que padecem no momento.

“Amanhã (dia 8/5) é o último dia para regularizar ou tirar o título de eleitor para votar nestas eleições”, escreveu a ministra no X. “Se você ainda não fez isso ou conhece quem não tenha feito, corre para fazer. Votar em quem atua em prol da vida das pessoas e do povo brasileiro é o que faz a realidade mudar”, concluiu. Antes, Anielle alardeou que, “diante da tragédia do Rio Grande do Sul, nosso governo investiu mais de R\$ 1,5 bilhão” em supostas ações de saúde pública e auxílio à população “que só um governo que se preocupa com as pessoas faz”.

Decerto alertada por algum assessor sobre a barbárie do que havia escrito, Anielle apagou a postagem. O que é impossível de ser apagado, no entanto, é o fato de a ministra ser absolutamente desqualificada para o serviço público – se não à luz desse deserto programático em que se converteu a pasta que comanda, por sua inequívoca demonstração de oportunismo rasteiro aliado à falta de empatia com seus conterrâneos gaúchos. Quem se presta a exercer cargo público deveria saber que não há interesse político, partidário ou ideológico que, numa sociedade que

se pretende civilizada, se sobreponha a imperativos morais e humanitários.

Nesse sentido, Anielle não decepciona. Afinal, ela não foi escolhida para integrar o governo Lula da Silva por seu histórico de realizações na promoção da igualdade racial. Lá está como um agrado do presidente da República a uma parcela da militância dita progressista mais ligada aos movimentos identitários. Não por acaso, a única ideia que a ministra foi capaz de conceber para atuar em meio às enchentes que maltratam todo o povo do Rio Grande do Sul foi priorizar “o povo cigano e os quilombolas” na entrega da água e dos alimentos que têm sido enviados ao Estado pelo Brasil, num surto identitário que mal esconde a desumanidade.

Ao que parece, ao se lançar de forma tão desabrida à propaganda política num momento de dor e união nacional, não passou pela cabeça da ministra que o fenômeno climático, na escala em que se desdobrou no Estado, surpreenderia até o mais precavido e diligente dos governantes.

Talvez nem Lula espere muita coisa de Anielle Franco à frente pasta da Igualdade Racial. Mas, em política, o comportamento das autoridades tem uma dimensão simbólica tão ou mais importante do que suas realizações práticas, sobretudo ministros de um governo que serve a todos os cidadãos, não a seus nichos de apoio. Com poucas palavras, Anielle demonstrou não ter nem uma coisa nem outra a apresentar à Nação. ●

Tragédia no RS

Gasto federal para prevenir
desastre cai 78,4% em uma década

Investimento na área caiu de R\$ 6,8 bilhões para R\$ 1,47 bilhão; maior redução ocorreu nos anos da gestão Bolsonaro

ANDRÉ SHALDERS
GABRIEL DE SOUSA
BRASÍLIA

Os gastos federais com prevenção de desastres naturais caíram 78,4%, de um patamar de R\$ 6,8 bilhões para R\$ 1,47 bilhão, entre 2013 e 2023. Os dados são de levantamento da ONG Contas Abertas, especializada em orçamento público, obtidos pelo Estadão.

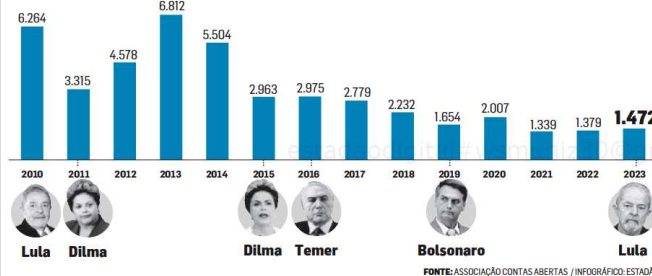
Os valores investidos pela União para prevenir e corrigir efeitos de eventos catastróficos passaram a recuar a partir de 2015, quando se agravaram os efeitos da crise econômica no País e crescem as restrições orçamentárias. Durante os quatro anos de gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), de 2019 a 2022, o governo federal gastou menos em prevenção e recuperação de desastres naturais (R\$ 6,37 bilhões) do que o montante destinado ao gasto só no ano de 2013 (R\$ 6,81 bilhões).

Até agora, o País não recuperou o mesmo nível de gastos com essas despesas. No primeiro ano da atual gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 2023, esse patamar de recursos subiu quase 7% ante 2022, mas ainda abaixo dos valores

GASTOS DO GOVERNO COM PREVENÇÃO DE DESASTRES

Valor investido contra eventos climáticos

EM MILHÕES DE REAIS, CORRIGIDOS PELA INFLAÇÃO



de uma década atrás.

A reportagem procurou Bolsonaro por meio de seu advogado, mas não obteve resposta. O Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional da atual gestão também foi questionado, e não se manifestou.

Especialistas apontam que eventos extremos já são mais frequentes e intensos com o aquecimento global e alertam que isso vai piorar nos próximos anos. Investimentos em prevenção antidesastre ajudam a se preparar para esses fenômenos e minimizar impactos.

Segundo o último boletim da Defesa Civil gaúcha, são ao menos 1,456 milhão de afetados em 417 municípios (de 497) do Estado. Para ajudar o Estado, o

governo federal considera suspender os pagamentos da dívida gaúcha com a União. Ele também deve liberar R\$ 500 milhões em “emendas Pix” para o Rio Grande do Sul.

Em entrevista exclusiva ao *Estadão/Broadcast*, na terça-feira, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que o governo gastará “o que for necessário”, mas com transparência e controle, para não repetir erros da pandemia.

RECUELO. O ano de 2013, sob a gestão de Dilma Rousseff (PT), representou o auge dos investimentos desde 2010, quando começa a série histórica levantada pela Contas Abertas.

Desde 2015, porém, os valo-

res começaram a declinar e nunca mais se recuperaram. Todos os números são valores reais, isto é, atualizados pela inflação. Em 2023, o valor pago para este tipo de investimento foi de R\$ 1,47 bilhão, alta de 6,8% em relação a 2022, último ano de Bolsonaro: R\$ 1,37 bilhão.

No levantamento, a Contas Abertas considerou rubricas relacionadas às pesquisas e à implementação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden); às obras de contenção em encostas em áreas urbanas; e ao apoio a comunidades afetadas por desastres e calamidades. “Nos últimos 14 anos, foi autorizado nos orçamentos anuais da União um to-

tal de R\$ 70 bilhões em programas de prevenção e respostas aos desastres, mas somente 65% desses recursos foram efetivamente desembolsados”, diz o fundador e secretário-geral da Contas Abertas, Gil Castello Branco.

PLANO ATRASADO. Como o Estadão mostrou, uma lei federal prevê desde 2012 a criação de um Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, que ainda não foi lançado e terá seu documento apresentado só no fim do mês que vem. Para especialistas, o planejamento integrado é essencial para aumentar nossa resiliência climática. “É óbvio que a maioria das prefeituras, notadamente as de menor porte, têm dificuldades, técnicas e orçamentárias, para elaborar projetos e planos de trabalho para a contenção de

Deve piorar
Segundo especialistas, eventos extremos já são mais frequentes e intensos com aquecimento global

encostas, dragagem dos rios e remoção da população que habita áreas de risco para locais seguros, dentre outras medidas essenciais”, diz Gil.

Ao enviar ao Congresso a proposta de Orçamento para 2023, a gestão Bolsonaro também sugeriu um corte de 99% das verbas de uma das rubricas relacionadas ao tema. A ação orçamentária 8348, destinada a “apoio a obras emergenciais de mitigação para redução de desastres”, saiu de R\$ 2,6 milhões em 2022 para apenas R\$ 25 mil em 2023. Mais tarde, até mesmo esse valor foi remanejado pelo governo Lula. Esta é uma dentre as várias rubricas usadas para destinar dinheiro para o tema. ●